



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 14ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma híbrida, no Plenário da CMJP, aos 4 dias do mês de abril do ano de 2023.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PATRIOTA)
Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)
Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereadora Fabíola Levi Meira – Fabíola Rezende (PSB)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)
Vereador Gabriel Carvalho Câmara – Professor Gabriel (AVANTE)
Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)
Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo – Junio Leandro Agente de Saúde (PDT)
Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)
Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)
Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA)
Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)
Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)
Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)
Vereador Emmanuel Bezerra dos Santos (PV)
Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (REPUBLICANOS)

Ausentes: Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 9h57, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Coronel Sobreira para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura dos documentos do expediente em mesa*.

Ofício nº 67/2023 – Autoria: Seplan

Assunto: Encaminha Plano de Sustentabilidade e cópia de contrato de repasse, referente ao Contrato de Repasse nº 914929/2021 MD da Caixa Econômica – obra de infraestrutura viária e urbana para implantação de binários, abertura viária e requalificação de vias com sistemas de drenagem, pavimentação, paisagismo, sinalização, iluminação, ciclovias e ciclofaixas.

Em momento posterior, restabelecido quorum, o Sr. Presidente colocou em votação a ata da 13ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e aprovada.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

Em questão de encaminhamento, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto solicitou que fossem dados como lidos os requerimentos, ofícios e as indicações dos vereadores presentes. Pedido acatado. Depois, disse: “Queria apenas fazer uma consulta a V. Ex.^a, referente ao requerimento de nossa autoria que trata sobre a famosa obra da Ruy Carneiro, especificamente a obra por trás da Escola Batista, que continua em pleno vapor, eu queria saber se chegou alguma resposta a essa Casa ou não”.

O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Já cobrei à Secretaria, vereador Milanez, tem um prazo de 30 dias. Se não houver, eu vou ter que invocar o Regimento e chegar ao conhecimento do secretário, porque uma coisa que a gente tem é que cumprir o Regimento Interno desta Casa. Então, já foi encaminhada a notificação e estamos aguardando só o prazo”.

Em questão de encaminhamento, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia fez registro de alteração de data de sessão especial requerida pelo seu mandato. Disse: “Sr. Presidente, sobre o requerimento de minha autoria, que é a sessão especial para comemorar o Centenário da Igreja Evangélica Batista e homenagem ao Pastor Tomás Munguba pelos seus 57 anos de ministério pastoral e 41 anos à frente da Igreja Evangélica Batista, que nesse requerimento está para ser comemorado no dia 19, e será comemorado no dia 10, já está com a vaga garantida nas sessões especiais. Somente gostaria de fazer essa alteração aqui verbalmente”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Não houve.

1.2 Comentários

O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores e vereadoras, o que trago hoje é algo que eu reputo muito importante, a questão da energia solar. O governo federal zerou os impostos referentes à energia fotovoltaica. Isso é algo necessário, haja vista que a nossa energia hidrelétrica está, a cada ano que passa, sendo ameaçada. Felizmente, esse ano, nós temos açudes com bastante água, mas isso não quer dizer que teremos isso a vida toda e a energia solar vem com muita esperança. E eu ingressei nessa Casa com um projeto de lei, um projeto de lei para o prefeito Cícero Lucena, um projeto de lei indicativo para que o prefeito possa conceder isenção fiscal de ISS, de IPTU, porque eu tenho a plena convicção de que o governo federal concedendo a isenção fiscal das suas tributações, o governo municipal também concedendo isenção fiscal, nós teremos hoje a energia solar como uma realidade. Isso é desde o pequeno até o grande. Ainda ontem, nós estivemos com o pessoal do Sinduscon, que já se falava na questão dessa energia solar, da questão do subsídio da energia solar. O governo federal já faz, o governo municipal precisa fazer da energia solar uma realidade, desde as pequenas residências até as grandes empresas. A nossa região, a região Nordeste, ela é rica em sol, ela tem sol o ano todo e, nesse momento, que eu coloco esse projeto de lei indicativo, eu espero, vereador Bruno, que está on-line, que o governo possa ver esse projeto com bons olhos e possa oferecer ao munícipe da cidade de João Pessoa a opção de colocar na sua casa a energia solar. Você colocar trinta, trinta e cinco mil, ninguém tem condição, mas no momento em que tiver um subsídio, já tem do governo federal, se tiver do governo municipal...”

O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Dizer da satisfação e alegria de estarmos ontem na companhia dos vereadores Marcílio do HBE, Coronel Sobreira, Tarcísio Jardim e fizemos parte da entrega de mais um serviço para a cidade de João Pessoa de extrema importância, justamente para rebater aquilo que aqueles desinformados, que sofrem com miopia ou que não querem enxergar o trabalho dessa gestão passam o dia a divulgar mentiras. O prefeito Cícero Lucena, na manhã de ontem, no Jardim Cidade Universitária, no bairro dos Bancários, assinava uma ordem de serviço da Rua Professor Gabriel, que ultrapassa 1 km em sua extensão. A rua tem aproximadamente 1.134 m, que vão ser contemplados com a drenagem, calçadas padronizadas, acessibilidade e conseqüentemente a chegada também da iluminação de LED. Os moradores da Rua Enf. Ana Maria Barbosa de Almeida felizes estavam na manhã de ontem, compareceram em grande número, justamente para celebrar essa conquista que aqueles moradores buscam há mais de 20 anos. Acabou aquele tempo em que o requerimento do vereador ou que uma emenda impositiva servia apenas para ficar na taquígrafia ou nos arquivos da Câmara Municipal de João Pessoa. Nessa gestão, o requerimento e a emenda impositiva do vereador, seja ele de situação ou de oposição, passou a ser respeitada. O que nós estamos apresentando através de requerimentos e de emendas impositivas, nada mais é do que fazer valer a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

representatividade popular e levar esses requerimentos ao conhecimento do Executivo, que nada mais são do que demandas da população”.

O Sr. vereador Damásio Franca Neto disse: “Bom dia, vereadores. Fazer o registro de que ontem a Comissão do Plano Diretor teve uma reunião no Sinduscon com a presença do vereador Marcos Henriques, dos técnicos Sérgio Chaves, Sérgio Ricardo, Afrânio, entre outros. Nós pudemos escutar algumas sugestões do próprio presidente, Dr. Wagner Breckenfeld, como também de alguns construtores presentes. Então, eles vão encaminhar um documento nos próximos dias para a comissão preparar o relatório a ser entregue para o debate nesta Casa. Então, deixar o registro. A próxima visita nós iremos fazer na UFPB, na Reitoria, nesta ou na próxima semana, para dar seguimento às reuniões. Nós apresentamos vários requerimentos relacionados ao Parque Paraíba, tendo em vista que é uma demanda de muitos moradores: a questão da iluminação pública e a questão da manutenção. Estive em reunião com o secretário Rubens, fui muito bem recebido, ele nos informou que a questão do roubo dos fios, tem que se encontrar uma maneira para que seja resolvido o quanto antes para que venha a trazer mais iluminação, porque é um parque muito movimentado e merece esse carinho e essa atenção do poder público. Obrigado”.

O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Um dos meus temas é o agradecimento à Prefeitura Municipal de João Pessoa sobre a importância das emendas impositivas, fazer o registro na legislatura passada, na pessoa do ex-presidente Marcos Vinícius, para que a gente aprovasse essa importante iniciativa. Inclusive tem uma rua que está sendo pavimentada no Costa e Silva, Rua Padre José de Anchieta, uma solicitação de amigos que lutam por isso há muitos anos, agora de forma efetiva está acontecendo. Como também hoje de manhã a Prefeitura já estava assinando novas ordens de serviço de pavimentação de rua e de infraestrutura no bairro Cuiá, no Geisel. Comunicar que agora de tarde estou indo pessoalmente protocolar a denúncia da obra da Ruy Carneiro, esperei até a manhã de hoje, solicitei, pedi, conversei, falamos, repetimos, e o pior que está acontecendo, a empresa está na tentativa de amordaçar as notícias que estão sendo divulgadas. Estou fazendo levantamento de drone do tamanho do desmatamento que já foi realizado naquela área. Estou mostrando que estão comendo a barreira na Ruy Carneiro, escavando com máquinas, na luz do dia, algo que, mais uma vez vou repetir: é ilegal! Tenho convicção do que estou dizendo aqui. O que mais chama atenção, o olhar do poder público de forma omissa. Eu não vejo um guarda de trânsito, fecha-se a rua, não tem uma placa do que está sendo feito na Ruy Carneiro, todo mundo trafegando, olhando, e o poder público não faz absolutamente nada. Por muito menos na barreira do Castelo Branco estão tendo que tirar as casas. Essa Casa está há 30 dias sem uma resposta sobre o que está sendo feito, como está sendo feito. Todo mundo pode errar, se estiver errado que suspenda a obra, se estiver certo que mande a documentação”.

O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Colegas vereadores, servidores da Casa, telespectadores da TV Câmara, nós temos ouvido falar muito a nível de Brasil que toda CPI termina em pizza, e isso incomoda, eu tenho buscado honrar a questão do Legislativo, mas quando a vereadora Eliza propôs uma CPI na Câmara Municipal a fim de apurar a questão da internet, aquilo que descambou para a questão dos cabos ou fios, me inquietava. Fizemos o relatório a quatro mãos, aí tem que louvar a participação da vereadora Eliza, do Coronel Sobreira, do Bispo José Luiz, do nosso colega Bosquinho e Carlão, todos empenhados num só propósito de servir a cidade de João Pessoa e mostrar que não poderia mais uma CPI terminar em pizza. Em primeiro plano, trouxe nessa Casa um outro pronunciamento que fiz mostrando que as reclamações com relação à Banda Larga diminuíram, sensivelmente, dentro dos órgãos de Defesa do Consumidor, e esse termômetro foi o Procon do Estado



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

e o Procon do Município. Mas um outro tema que estava aos olhos de nós consumidores, cidadãos do município de João Pessoa, era a questão dos cabos, fiz dois pronunciamentos, esse é o terceiro, e busquei soluções, estive no Procon do Estado, em uma reunião do Procon do Município, e hoje, finalmente, vereador Dinho, Presidente, meus pares, eu trago a boa nova: a sugestão que foi dada pela CPI de se começar a retirada dos cabos, ela hoje é uma realidade, e a sugestão que nós demos de iniciar-se pelo Centro Histórico de João Pessoa é uma realidade, e ruas como a Ladeira do São Francisco, Duque de Caxias, Sanhauá já estão sem aqueles fios porque já estavam dentro do planejamento. Então, aquilo que acertamos, cumprimos, a CPI cumpriu o seu papel. Estarei apresentando um relatório de todas as ruas que os cabos foram retirados, livre da poluição visual. Parabéns a todos os componentes da CPI pelo trabalho e a resposta que foi dada à população de João Pessoa. Me sinto extremamente satisfeito, muito obrigado, Sr. Presidente”.

O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Bom dia a todos que nos acompanham pela TV Câmara, aos colegas aqui em plenário. Eu quero falar hoje sobre o mês da prevenção contra a crueldade animal. Estamos no mês de prevenção contra a crueldade animal, o Abril Laranja, por isso, gostaria de falar de algumas informações sobre os maus-tratos animais porque, segundo levantamento feito pelo Instituto Pet Brasil, o nosso país possui quase 185 mil animais abandonados ou resgatados após maus-tratos sob a tutela de ONGs e grupos de protetores. Segundo dados do próprio Instituto, o número de animais de estimação em condições de vulnerabilidade mais do que dobrou no Brasil entre os anos de 2018 e 2020. Foi cerca de 3 milhões para cerca de mais de 8 milhões. Estamos vendo o aumento absurdo no índice de maus-tratos aos animais, por isso, neste mês, precisamos reforçar ainda mais e com equilíbrio o ativismo pela causa animal. os Pets precisam ser vistos como parte da família do povo brasileiro e até seus benefícios para nossa saúde já são cientificamente comprovados. A melhor prevenção aos maus-tratos é a denúncia e isso deve-se a todo cidadão de bem. E hoje se comemora o Dia do Animal de Rua. Então, pessoal, vamos ter um olhar mais cuidadoso com os nossos Pets. Aqui nesta Casa nós temos Guga, temos a vereadora Fabíola, e vários outros vereadores que são defensores da causa. Então, vamos reforçar, vamos levantar a nossa voz e pedir que tenham mais respeito e que haja menos maus-tratos aos nossos Pets, os nossos animais. Obrigado, Sr. Presidente”.

O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Eu gostaria de relatar a nossa visita, na última sexta-feira, ao bairro do Alto do Mateus. O prefeito Cícero Lucena iniciou uma verdadeira caminhada pelas ruas do Alto do Mateus visitando obras importantes para aquela região da cidade, em particular as obras de pavimentação que já estão bem adiantadas das ruas Índio Araribóia e Eduardo Batista de Vasconcelos. Também estive lá presente na Praça da Mangueira, que passou por uma revitalização, serviços de zeladoria estavam sendo feito naquela praça, e lá estava a Caravana do Cuidar, da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Cidadania, levando uma série de serviços para a população. E por fim o prefeito Cícero Lucena entregou a reforma da Escola Municipal Severino Patrício. Eu estive lá em 2021, na visita que o prefeito fez àquela escola, e aquela escola estava sob escombros. E na última sexta nós tivemos a alegria de compartilhar, ao lado da comunidade escolar, da entrega de uma escola novinha em folha: de uma escola com ar-condicionado em todas as salas; com uma sala Google que tem elementos de tecnologia que não existem, sequer, segundo palavras do prefeito, em salas de aula da própria Universidade Federal da Paraíba. Uma escola em que os alunos estavam felizes, os professores contentes e a direção exultando de alegria, em razão das ações que foram lá feitas. E é uma escola que está inserida dentre aquelas que estão no rol das escolas em tempo integral. A propósito, sobre escolas em tempo integral, é preciso dizer que havia um decreto de 2019 estabelecendo que nós tínhamos 29 escolas, mas, na prática, nós tínhamos 14 escolas funcionando. Até nisso a gestão do ex-



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

prefeito Luciano Cartaxo maquiava. Mas, agora sim, as escolas em tempo integral são de fato integral, no papel e na prática”.

O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Obrigado, Presidente, pela concessão do tempo. Vim aqui à tribuna para fazer referência a duas falas, hoje. Inclusive, ressaltando aqui a fala importante do vereador Marcos Henriques sobre a questão da energia solar. Como solução, não somente para sustentabilidade ambiental, como econômica também para os munícipes, o primeiro projeto de lei da gente que virou lei foi a Política Municipal de Práticas Sustentáveis, que, inclusive, entre as diretrizes, traz a possibilidade da Prefeitura conceder incentivos, descontos no IPTU, que é o chamado IPTU verde, para as residências que implantarem energia solar. Isso é algo que já é implantado em várias cidades. Isso é um dos pontos, inclusive, que sobe no *ranking* de cidades inteligentes, as cidades que fazem isso. É possível também dentro dessa lei, inclusive, a gente pede que a Prefeitura faça isso, que implante energia solar nos prédios públicos municipais, aí onde está não somente a sustentabilidade ambiental que fiz referência a Vossa Excelência, mas a econômica, principalmente. A gente paga muito de energia. Você imagine um hospital como um Trauminha se tivesse fornecimento de energia solar. Na época em que fiz esse projeto, a conta mensal de energia do Trauminha era de R\$ 80 mil (oitenta mil reais). Você imagine a economia que a gente poderia ter e que poderia ser reinvestido em outras coisas no próprio hospital. Então, parabéns, Vossa Excelência, por trazer esse tema ao debate. Conte com nosso mandato para fazer coro, que nossa cidade precisa subir no *ranking* de cidades inteligentes, e esse é um dos pontos. E também fazer referência a fala do vereador Odon Bezerra sobre o trabalho da CPI, que se Deus quiser, Presidente, a gente vai ter uma cidade menos feia em relação aos fios, nos próximos dias. É um trabalho que vai ser realizado, o vereador Odon já anunciou que essa CPI não terminou em pizza e alguns fios, alguns cabos já vão ser retirados de algumas áreas da nossa cidade. Então, parabenizar a CPI. A gente fez menção a esse tema nas nossas redes sociais e é impressionante o engajamento que isso tem com a população de João Pessoa. Todos notam isso no dia a dia, os fios nas calçadas, os cabos caindo, as empresas guardando, inclusive, como se fosse um depósito, guardando os fios enrolados nos postes. Isso não pode acontecer e aqui eu venho para parabenizar essa Casa, parabenizar a CPI e torcer para que nos próximos dias, nos próximos meses, João Pessoa fique sendo vista como um exemplo em relação ao cabeamento, a fiação dos postes da cidade. Muito obrigado, Presidente”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.4 Demais comunicações

O Sr. vereador João Bosco – Bosquinho – disse: “Não podia deixar passar esse momento e o nosso pesar, acho que de todos os vereadores, pela morte prematura do nosso amigo Wilton, que foi servidor aqui desta Casa, trabalhou com o deputado e vereador João Gonçalves, com o nosso presidente Durval Ferreira, sempre aqui com muita cordialidade, vitimado por uma forte diabetes e depois, na consequência, um AVC, e no dia de ontem nos deixou. Então, eu queria fazer esse registro em nome de todos os vereadores e funcionários daqui da Casa, que muito sentiram essa passagem tão repentina. No mais, desejar a todos os pessoenses e paraibanos uma feliz Semana Santa”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. Presidente disse: “Vereador Bosquinho, fica registrado. Wilton foi um grande servidor aqui desta Casa e o pesar se estende à sua família”.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO PARCIAL 58/2021

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO PARCIAL AO PLO 382/2021, EM SEU ARTIGO 2º DE AUTORIA DO VEREADOR GUGA, QUE INSTITUI O PLANO DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS, NAS REDES PÚBLICAS E PRIVADAS DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, VOLTADAS AO COMBATE E À PREVENÇÃO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 6.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 02: MP 30/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL DE PRECATÓRIOS, LEI Nº 13.665/2018, BEM COMO ADEQUAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA ORGANIZACIONAL DOS ÓRGÃOS PROGRAMÁTICOS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA NO ÂMBITO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 061/2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Nós apreciamos essa matéria na última reunião da CCJRLP e qual é o objetivo da MP 30/2023? Estimular os credores da Prefeitura Municipal de João Pessoa a fazerem os acordos com a administração pública municipal, sob o comando do Tribunal de Justiça, evidente, porque esses acordos são judiciais, já que desde o Decreto de 2019, ainda no governo anterior, quando foram estabelecidas as possibilidades de acordos, a lei previa um deságio de 40% (quarenta por cento). Então, o credor se sentia desestimulado a procurar o poder público. De 2019 para cá, salvo engano, apenas duas pessoas celebraram um acordo com o poder público municipal. A Constituição Federal não estabelece um limite estático de 40% (quarenta por cento), ela diz que o deságio pode ser até 40%. Então, a prefeitura está diminuindo esse deságio para 20% (vinte por cento) a fim de que as pessoas que tenham a receber da Prefeitura Municipal de João Pessoa possam entrar em contato com o poder público e, sob a presidência de um magistrado, esses acordos serem celebrados. Então, é isso que a prefeitura está fazendo, adequando a nossa legislação a uma realidade que já existe em outros municípios”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Apenas uma pergunta que eu tenho e queria que o vereador Bruno pudesse responder: Esse deságio de 20% (vinte por cento) vai ser pago aos Procuradores do município, é isso? Queria essa informação”. O Sr. vereador Bruno Farias respondeu: “Seria recebida dos credores, das pessoas que têm débito com a prefeitura, porque, como eu disse, na lei anterior que foi aprovada lá em 2019, o deságio era fixo, de 40% (quarenta por



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

cento). Ocorre que, de 2019 para cá, quatro anos depois, apenas duas pessoas procuraram o poder público. Então, o poder público teve que pagar a totalidade, e agora não. Agora, com essa proposta enviada através dessa Medida Provisória, nós estamos nos adequando ao ADCT, presente na Constituição, que informa que esse deságio é de até 40% (quarenta por cento), não é um percentual fixo de 40% (quarenta por cento) como havia em nossa legislação. Então, a prefeitura está baixando esse deságio para 20% (vinte por cento), para estimular o credor a procurar o poder público para receber e também, é evidente, diminuindo o prejuízo do poder público, porque ele estava pagando 100%, já que os credores não se sentiam estimulados a procurar o poder público”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 06.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a medida em discussão e votação única.

ITEM 03: PLO 1383/2023

Autoria: Vereador João Bosco - Bosquinho

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA. DENOMINA DE AV. PANORÂMICA A ARTÉRIA CADASTRADA SOB O Nº 8205, NO BAIRRO PORTAL DO SOL, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu queria só pedir ao vereador Bosquinho que ele pudesse explicar melhor a matéria para que possamos apreciá-la”. O Sr. vereador Bosquinho disse: “Vereador Milanez, Vossa Excelência sabe que o nosso mandato busca facilitar e ajudar a vida dos munícipes. Encontramos reclamações com relação ao endereço, que consta como a Rua Projetada sem número, diante de um lote que na prefeitura, na sua ficha cadastral, encontra-se como Avenida Panorâmica, e também no cartório de igual forma, então corrigindo este erro para que a população possa receber, através da geração de um CEP pelos Correios, ajudando assim a população. Espero que com essa explicação possa ter sido suficiente para ter a satisfação de receber o voto de Vossa Excelência sobre esta matéria”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley -Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PDL 116/2023

Autoria: Vereador Tarcísio Jardim

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO COMANDANTE DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA VITOR FREIRE ALMEIDA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. Presidente, vereador Dinho, parabenizou o comandante da Guarda Civil, Sr. Vitor Freire Almeida, que estava presente na galeria da CMJP, colocando ser justa a homenagem. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “É uma das mais justas homenagens, o servidor, o guarda municipal, o comandante Vitor é um jovem que honra a Guarda Municipal. Pedir para subscrever”. O Sr. vereador Bruno Farias também se associou “aos votos de felicitação ao vereador Tarcísio por essa iniciativa de tornar Vitor Freire cidadão de João Pessoa por direito”. Argumentou: “Hoje vejo com alegria Vitor ser pioneiro, porque ele é o primeiro comandante da Guarda Municipal do próprio quadro, do efetivo”. O Sr. vereador Bispo José Luiz parabenizou. O Sr. vereador Carlão disse: “Vitor Freire sempre foi obstinado, sempre estava nessa Casa reivindicando Plano de Cargos, Carreira e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Salário, reivindicando para que a Guarda pudesse ser aparelhada e prestar seu serviço com excelência, então nada mais justo ao comandante da Guarda. O vereador Tarcísio acerta”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “A gente quer parabenizar o vereador Tarcísio Jardim por esta ação, por essa propositura, por esse reconhecimento, e tudo se refere a reconhecer os homens e mulheres que lidam nessa área tão difícil da sociedade, que é cuidar de pessoas, proteger e, acima de tudo, com risco da própria vida, Tarcísio. Então, a gente tem que destacar, a gente tem que enaltecer, e parabenizá-lo por essa sábia e oportuna propositura de conceder o título a esse jovem profissional, pois isso também qualifica a Guarda, estimula a Guarda, motiva os seus integrantes, porque cada vez mais essa área de segurança pública, diante do cenário que a gente vê, ela precisa estar cada vez mais qualificada, estimulada, a agir numa área tão difícil da sociedade. Parabéns, Tarcísio”. O Sr. vereador Guga disse: “Também quero parabenizar esse grande parlamentar Tarcísio Jardim, que vem desde o primeiro momento lutando e trabalhando pela melhoria da Guarda Municipal. Também agradecer a esse comandante que vem desempenhando um grande trabalho, a gente que é vereador e precisa da Guarda Municipal sempre foi muito bem recebido, então, mais do que merecida essa honraria a esse jovem que tem feito um belíssimo trabalho na cidade de João Pessoa. E você, Tarcísio, está de parabéns, vem desempenhando, vem lutando por essa causa que precisava de um vereador ter pego e ter lutado como você vem lutando pela Guarda Municipal”. A Sr.^a vereadora Fabíola Rezende disse: “Quero parabenizar o vereador Tarcísio Jardim por essa homenagem e dizer que eu fico feliz porque eu estive presente em uma solenidade com o prefeito Cícero Lucena e o que me chamou atenção foi ver que ele, assim como comandante, não só enaltecer, mas elogiar as mulheres que hoje estão à frente do sindicato, como Iris, que é a primeira no Brasil e é primeira mulher na Paraíba, está à frente de um sindicato. Eu fiquei feliz em vê-lo enaltecer as mulheres porque hoje é muito pouco nos setores ver um homem enaltecer a mulher estar num cargo. Parabéns, vereador Tarcísio Jardim, mais do que merecido esse título”. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Obrigado, Presidente, não podia deixar de registrar também, primeiro, os parabéns ao vereador Tarcísio pela homenagem ao comandante Vitor. O real sentido do Título de Cidadão, acredito, Presidente, é esse, a gente conceder homenagens a pessoas que realmente fazem do seu trabalho ao que vai elevar nossa cidade, vai contribuir para o crescimento da nossa cidade e o bem-estar da população, e o digo e que acredito que é coro de todos os vereadores e até da população mesmo e o sentimento de estar mais seguro quando um guarda municipal, esse sentimento não tem preço, então, em nome de Vitor, tenho certeza que essa homenagem a Vitor não é somente a ele, mas ao trabalho de toda a Guarda, que o vereador Tarcísio também presta aqui essa homenagem, então tem que fazer esse registro porque esse é o real sentido do Título de Cidadão, Presidente”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Presidente, eu não poderia me furtar, protocolamos o projeto, mas eu tenho que tecer algumas palavras sobre o comandante Vitor. Na verdade, lá atrás, o comandante nem queria assumir essa responsabilidade do comando, a gente tinha um sentimento bem parecido lá atrás, do mesmo modo como eu não queria entrar para política, mas eu tinha que parar de reclamar e ter uma ação, o comandante também o tempo inteiro era voluntário a ajudar a Guarda, e os nomes veiculados pela própria Guarda, que eles gostariam de assumir o comando, o dele estava no meio. Então, ele foi meio que empurrado, a própria tropa escolheu o nome, se sentia representada através do comandante Vitor, e hoje, eu fico feliz de poder estar tendo essa oportunidade, agradeço a todos os meus amigos parlamentares que estão aqui tecendo palavra sobre ele, elogiando, porque é uma missão muito complicada trabalhar na segurança pública principalmente num país como o Brasil onde a população não dá tanto valor a essas forças. E a Guarda estava adormecida, há muito tempo adormecida, sem reconhecimento, sem motivação, e hoje, graças à gestão e aos parlamentares também que ajudam as demandas da Guarda, hoje, tem vez e voz dentro do município de João Pessoa. Então, parabéns, Comandante, parabéns a toda a Guarda Metropolitana pelo trabalho que fazem”. O Sr.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereador João Bosco - Bosquinho - disse: “Eu queria parabenizar o vereador Tarcísio por este reconhecimento e testemunhar o entusiasmo, a capacidade aguerrida do nosso comandante Vitor. Eu tive a oportunidade de solicitar os serviços da Guarda Municipal para conseguir resolver o problema da sonorização que atrapalhava a vida das pessoas que queriam repousar depois do seu dia de trabalho no bairro dos Bancários, na Praça da Paz, e a Guarda Municipal fez lá um trabalho de excelência e o comandante Vitor sempre a nos telefonar, se comunicar, e fazer valer o trabalho da Guarda Municipal que tem crescido. Então, esse reconhecimento feito por esta Casa, através do mandato do vereador Tarcísio, possa servir de estímulo para Vossa Excelência e para que toda a corporação possa continuar fazendo esse trabalho, e também levar o nosso abraço ao comandante, nosso amigo e ex-vereador João Almeida”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Eu já coloquei meus elogios aqui, mas não posso deixar de registrar que o destino acompanha a trajetória de um bom homem, digno, do caráter, do quilate de Vitor. Eu me lembro de quando, em gestões passadas, Vitor, junto com Figueiredo, que tinha assumido recentemente o comando, brigavam para que um efetivo assumisse essa função, lá atrás, quando o superintendente era outro, quando o comandante da Guarda na época era outro, e Vitor era recém-concurado, tinha recém passado no concurso da Guarda Municipal, e ele vinha discutir, debater, e lá atrás ele conquistando, galgando seu espaço e, hoje, por ironia do destino, está aqui como comandante da Guarda e recebendo a honraria de cidadão pessoense, é bastante importante, digno o trabalho que Vitor faz na nossa cidade e merecedor da honraria que Vossa Excelência aprova no dia de hoje, não tenho dúvida de que será aprovada”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 05: PDL 119/2023

Autoria: Vereador Marcílio do HBE

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ PESSOENSE À CANTORA, COMPOSITORA E EMPRESÁRIA, CLAUDIA CRISTINA LEITE INÁCIO PEDREIRA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 07.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 06: PDL 121/2023

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE À JAILSON VILBERTO DE SOUSA E SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 16; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 10.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

Em questão de encaminhamento, o Sr. vereador Bruno Farias disse: “Sr. Presidente, solicitar a V. Ex.^a a inclusão de duas matérias do Executivo na pauta que são de extrema importância: o PLO 1378/23, que dispõe sobre a criação do projeto Carteira Solidária, bem como o PLO 1379/2023, que já foi aprovado



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

na CCJ e que abre um crédito especial para fomentar esse programa. O que é que diz esse programa? Esse programa vai permitir que a Prefeitura de João Pessoa, através do Procon, adquira as carteiras de estudante dos alunos da rede pública municipal de ensino. E como nós já estamos no mês de abril e é um mês importante para que o estudante tenha essa sua identidade e com isso dignidade e cidadania, peço apreciação dessa matéria que eu tenho certeza de que contará com a aprovação de todos os parlamentares, independente de serem da situação ou da oposição. Então, esse é o pleito que faço a V. Ex.^a para exame da Mesa Diretora. Muito obrigado”.

Havendo consenso do Plenário, o pedido foi acatado e o Sr. Presidente determinou a inclusão em pauta do PLO 1379/2023 e do PLO 1378/2023, encaminhando-os para que fossem apreciados pelas comissões necessárias naquele momento.

Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública - CFOOAP

ITEM: PLO 1379/2023

Autoria: Executivo Municipal

Parecer: favorável.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, abriu, extraordinariamente, a reunião da Comissão, confirmou que havia quórum para votação e que, como relator da matéria, dava seu parecer favorável. Houve consenso entre os demais membros.

Votação (**):** favoráveis: 7; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes 0.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Pela ordem, o Sr. vereador Marcos Henriques disse que leu o projeto e pediu um esclarecimento sobre se o montante de recurso seria para oferecer, de maneira gratuita, a carteira de estudante aos alunos do ensino fundamental. Recebeu resposta afirmativa.

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa - CCJRLP

ITEM: PLO 1378/2023

Autoria: Executivo Municipal

Parecer: favorável.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, abriu extraordinariamente a reunião da Comissão, após confirmação de quórum, e disse: “O PLO 1378 já tem relatoria do vereador Odon Bezerra. Eu passo a palavra para ele para a gente poder colher os votos porque, de toda forma, em plenário, o parecer tem que ser oral, mesmo já tendo protocolado o parecer”. Em seguida, passou a palavra ao relator da matéria. O relator, Sr. vereador Odon Bezerra, disse: “Presidente, como bem disse Vossa Excelência, o nosso parecer já se encontra à disposição de todo e qualquer cidadão a respeito do tema, como também dessa comissão. Não encontramos qualquer óbice, seja em questão material e inconstitucionalidade. Dessa forma, o nosso parecer é favorável à matéria. Inclusive, parabenizando o prefeito Cícero Lucena em um importante tema da carteira de estudante a todos os alunos do ensino fundamental da cidade de João Pessoa, que assim requeiram perante a Secretaria de Educação e que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

seja encaminhada ao Procon do município de João Pessoa. Foi esse o nosso parecer”. Apresentando e justificando o seu voto, o Sr. vereador Bosquinho disse: “Senhor Presidente, eu me lembro que uma das grandes emoções e lembranças que tenho é do tempo de estudante e quando a gente chegava, que cantava o Hino Nacional, o Hino da Bandeira. Eu estudei muitos anos no extinto IPEP, Instituto Presidente Epitácio Pessoa, e nós fazíamos isso todos os dias. Uma das grandes emoções era fazer o teste de aptidão para tocar na banda marcial, fazer o teste para saber se poderia jogar futebol de salão, pela escola. Os alunos tinham o desejo de desfilar no dia 7 de setembro e uma grande emoção também era quando o aluno recebia a sua identidade educacional, que é justamente a carteira de estudante. Então, acerta o prefeito Cicero Lucena em criar esse programa e a Câmara Municipal em dar esse aval. Meu voto é sim, senhor Presidente”.

Votação (**):** favoráveis: 7; contrários: 0; abstenções: 0; ausentes: 0.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Thiago Lucena, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Reunião Extraordinária da Comissão de Políticas Públicas - CPP

ITEM: PLO 1378/2023

Autoria: Executivo Municipal

Parecer: favorável.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, deu parecer favorável à matéria e acrescentou a sua reflexão sobre a questão dizendo: “Em que pese a boa ação da Prefeitura Municipal de João Pessoa em estar custeando essas carteiras estudantis e tirando do bolso do estudante, que é carente, muitas vezes, a ter que pagar vinte e cinco reais, quinze reais, trinta reais, que para muita gente não é dinheiro, mas para outras pessoas é, porque, às vezes, um pai de família tem três, quatro filhos e pesa no orçamento. Eu tenho uma observação a fazer: o governo Bolsonaro, quando entrou, ele já lançou a carteira digital, a carteira de identidade, a carteira de estudante de identidade digital, o que acontece com isso? O estudante não tinha mais que pagar nada, nem muito menos a Prefeitura teria que pagar nada, por quê? Como estamos já evoluindo, a carteirinha vinha digitalmente. É muito raro um estudante não ter celular hoje em dia. Até os estudantes mais simples. E mesmo assim, a gente pode imprimir numa folha de papel, a carteira digital. E é uma das soluções que eu vou estar dando no projeto de lei que eu estou fazendo, para criar carteira estudantil digital no município de João Pessoa. Aí, não vai precisar da Prefeitura despendendo, por exemplo, seiscentos e quarenta e cinco mil reais (R\$ 645.000,00) para a confecção dessas carteiras. E o pior é que esses seiscentos e quarenta e cinco mil reais vão para algumas entidades estudantis. Nós sabemos muito bem que as entidades estudantis de hoje não têm exatamente estudantes nas suas direções. São diretores, presidentes, DCEs, entidades estudantis que estão lá, já são até avós, se brincar, que nunca saíram do ensino médio, simplesmente para não deixar a boquinha do DCE e receber parte desses seiscentos e quarenta e cinco mil reais, parte do dinheiro que é disponibilizado para pagamento das carteiras. Então, como tem velhinho barbado lá, nos DCEs, tanto secundarista como das universidades, para a gente acabar com esse tipo de coisa, porque se fosse um estudante, se mudassem, se tivessem novas diretorias, tivesse uma eleição justa, aí a gente daria. Mas esse dinheiro, às vezes, só serve para financiar políticas, muitas das vezes esses esquerdistas nos DCEs da vida. É tanto que foi muito complicado nos quatro anos de Bolsonaro essas entidades viverem sem o dinheiro. Teve até uma CPI para investigar o recurso que era dado para essas entidades, secundaristas e também de universidade. Então, apesar de votar sim, Presidente, apesar de fazer o meu parecer favorável, porque não temos tempo hábil de fazer uma carteira de identidade



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

digital no município de João Pessoa para esse ano, faço essa ressalva, já me antecipando dizendo que colocarei um projeto para termos nossa carteira de identidade digital no município de João Pessoa, onde todos os alunos da rede municipal de ensino terão direito, gratuitamente, sem ônus para a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Dito isto, coloco em discussão o parecer”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Olha, vereadores, eu quero partir do começo, da origem para a gente entender o que são esses seiscentos e quarenta e cinco mil reais (R\$ 645.000,00). Inicialmente, vereadores, as declarações das escolas públicas eram o suficiente para os alunos terem a sua comprovação e a sua meia passagem de ônibus. Uma mera declaração da instituição de ensino. O que aconteceu? Tornaram desobrigado, disseram que a declaração não era mais necessária. Como a declaração não era mais necessária, é obrigatório fazer o quê? A carteira do estudante. Isso aumentaria para o estudante. Aumentando para o estudante, o que foi que a prefeitura viu? Não, vamos tentar ajudar e vamos custear isso. Prefeitura não custeia nada, quem está pagando aqui é o contribuinte. São seiscentos e quarenta e cinco mil reais de imposto, de dinheiro do setor produtivo da cidade, do *cabra* que vende dindin, o rapaz que tem uma grande indústria dentro de João Pessoa estão pagando esses seiscentos e quarenta e cinco mil. Essa é a realidade. E o pior, ficou mais caro quando a gente não aceitou mais a declaração, a mera declaração de ensino para ser o suficiente para pagar meia passagem de ônibus, para comprovar a documentação estudantil. E aí tem algo também que eu termino ficando temeroso, porque a gente está falando de uma mera documentação estudantil, tem a sua validade. Mas o custo de uma carteirinha dessa, o custo de uma carteira dessa não passa de um real, não. Se não chegar a centavos. É um material de PVC. Então, me preocupa também o valor que essa carteira está sendo paga. E aí, eu quero entrar ainda em um outro ponto, que a gente precisa discutir. A gente já está entrando no mês de abril, entrando no mês de abril, quem precisava da carteirinha de estudante já está com ela na mão. Então, esse aporte de seiscentos e quarenta e cinco mil reais para confecção de carteiras tem que ser muito bem avaliado e muito bem fiscalizado, até mesmo porque, como foi falado aqui antes, esse recurso vai para onde? Não vai para o Procon, vai para as instituições. São várias instituições que estão recebendo. Quem é que vai receber aqui? A UNE. A UNE foi a mesma instituição que rejeitou a gratuidade da carteira estudantil digital. Presidente Bolsonaro apresentou a gratuidade integral dessa carteira. E as instituições que estão recebendo dinheiro agora, elas simplesmente foram contra essa gratuidade, ou seja, foram contra o estudante. Deixando esse registro, eu quero já deixar meu voto contrário ao parecer da CPP”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Primeiro, Presidente Eliza, colegas vereadores, preciso fazer algumas afirmativas para que a gente possa transcorrer de forma normal. Primeiro, a declaração do vereador Carlão, ela é legítima, mas quem derrotou foi a Justiça, não foi a Câmara Municipal ou a Assembleia Legislativa. Não foi a política que colocou como certo ou errado, a Justiça que, na verdade, julgou como a declaração inválida e colocando como válido a carteira estudantil. Também é importante a gente afirmar que esse é um projeto oriundo do Procon e esse recurso está vindo do Fundo do Procon, não é de receita própria do município, é um recurso arrecadado pelo Fundo do Procon, pelas multas e pelas infrações cometidas em atos do consumidor, se arrecada e isso é uma iniciativa oriunda com recurso do Fundo do Procon, para subsidiar a carteira estudantil. Na verdade, eu não vou discutir aqui o que a vereadora Eliza traz, o que o vereador Carlão traz, eu não vou adentrar no mérito, até porque a gente está discutindo aí consumo de carteira estudantil e o que a gente está discutindo nesse projeto é o subsídio de algo importantíssimo. A vereadora Eliza inclusive disse que muitas famílias não têm dinheiro para se alimentar e através dessa carteira estudantil, você tem 50% de gratuidade no transporte coletivo. Muitos não precisam usar, mas a grande parcela dos estudantes da rede pública precisa, sim, e no momento em que o Procon subsidia, com seu Fundo, essa aquisição dessa carteira, sem sombra de dúvida está dando condição a vários estudantes a estudar, a poder ter o mínimo de lazer, a poder



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

adentrar num teatro, a uma peça. Então, eu, pessoalmente, sou favorável e no momento em que quiser discutir a confecção de carteira de estudante, eu não faço questão nenhuma de participar dessa discussão, mas nesse instante eu quero é parabenizar a iniciativa de Rogger, enquanto secretário do Procon, porque o dinheiro do Fundo, que muitas vezes a gente não sabia sequer para onde ia, e está vindo de forma concreta, com autorização dessa Casa, subsidiar algo tão importante para os estudantes do nosso município”. O Sr. Presidente, vereador Dinho, lembrou ainda, com a carteira de estudante, a gratuidade em cinemas e disse: “Mais shows também. Os estudantes têm a gratuidade. Foi prorrogado a validade, as carteiras estão válidas, sim. Até a confecção das novas, a do ano anterior está valendo. Então, não há nenhum prejuízo para os mesmos”.

Votação (**):** favoráveis: 6; contrários: 0; abstenções: 1 (Carlão Pelo Bem); ausentes: 0.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Eliza Virgínia, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciadas as seguintes matérias extrapauta:

ITEM 07: PLO 1378/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROJETO CARTEIRA SOLIDÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pareceres orais: favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Apenas para esclarecer a proposta da carteira do governo passado. É uma carteira, o ID estudantil, que veio através de uma Medida Provisória e o Congresso não renovou. Não houve por parte do Congresso Nacional essa aprovação. A vereadora Eliza falou sobre a questão estudantil e realmente existem setores do movimento estudantil que estão gagá. Faltou a vereadora inclusive falar a questão dos conselhos tarifários que têm também essas pessoas que tem 50 anos no movimento estudantil. Também não poderia deixar de dizer que parte desse recurso vai para a UNE e para a UBES e não tem como não concordar com isso por entender a importância do movimento estudantil. Ninguém faz política sem ter nenhum tipo de recurso. A UNE e a UBES têm uma grande parcela de contribuição para a democracia do nosso país. As lutas que a UNE e a UBES encabeçaram, a gente não pode deixar de reconhecer, mesmo que grande parte do movimento estudantil tenha uma tendência progressista, logicamente é um pouco oposição ao que a senhora defende, mas nem por isso deixamos de reconhecer a luta pela democracia contra o Regime Militar que essas entidades tiveram”. O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Eu gostaria de fazer três registros de falas muito felizes. A primeira delas, do vereador Bosquinho, que relembra momentos de alegria de sua vida estudantil, porque a carteira de estudante, vereador Carlão, não é uma mera identidade. A carteira de estudante confere dignidade e cidadania ao estudante e aos alunos matriculados em todas as séries, em todos os níveis. Portar carteira de estudante, para mim quando era estudante, era a mesma honra que hoje eu porto a carteira da OAB ou o broche de parlamentar integrante do Poder Legislativo Municipal. É uma honra e não a mera identidade. O segundo registro feliz que eu quero fazer é em relação à fala do vereador Marcos Henriques, que pontuou com brilhantismo a importância do movimento estudantil na política brasileira. Deu contribuições enormes à democracia e às liberdades desse país. Por fim, felicitar o vereador Fernando Milanez Neto pela brilhante exposição que fez a respeito da matéria, retirando o ideologismo e indo na ferida, no ponto principal. Esta é uma ação que vai beneficiar pessoas humildes, não é todo mundo que tem condições de adquirir a sua carteira de estudante, não. E o Procon, utilizando do seu Fundo, está subsidiando



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

essas carteiras”. O Sr. vereador Gabriel Câmara disse: “Quero aqui parabenizar o prefeito Cícero Lucena por essa atitude, porque quando fui da 1ª Região de Ensino, já lutava para que a carteira de estudante fosse gratuita. Nós que trabalhamos na periferia da cidade, trabalhando nas escolas da periferia, sabemos a situação do alunado, dos pais dos alunos das escolas municipais e estaduais, e quando nós temos um pai que tem dois ou três filhos na escola, a gente via a dificuldade desse pai para tirar essa carteira. Defendo até a tese da vereadora Eliza quando ela diz da carteira digital, para que não houvesse custo. A prefeitura deveria trabalhar para que não fosse obrigado estar se pagando a carteira de estudante, o custo seria bem menor do que o que está sendo hoje. Mesmo assim, o custo importando em R\$ 600 mil reais, nós só temos que parabenizar o Procon por ter usado o Fundo, ninguém sabia para onde ia esse recurso antigamente. Então, o Procon está de parabéns por isso e Cícero por ter acatado essa decisão e está hoje aqui mandando um projeto para entregar, facilitar e dar a carteira de estudante para os alunos. Meus parabéns ao prefeito e voto a favor desse projeto”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu também queria me acostar a essas falas dos votos favoráveis a esse projeto, porque ele é de suma importância para a classe estudantil. Ora, se o sistema educacional do Brasil como um todo, não é diferente aqui da nossa cidade, luta para não acontecer a evasão escolar, para que o aluno vá à escola e se mantenha durante todo o ano letivo presente na escola, como não facilitar a vida desses alunos? Quiçá, esse benefício, que é de 50%, seja de 100% para que o aluno de fato não tenha nenhum custo com o deslocamento de sua casa até a escola. Trazendo já para o da vereadora Eliza, é extremamente importante esse assunto que ela levanta, porque hoje tudo é digital, habilitação, documento do veículo, tudo é digital e a gente vai partir para essa linha”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu estive na Câmara Municipal antes de ser vereador para a criação deste fundo e, na época, eu dizia ao prefeito Cícero Lucena que o Procon marcharia com seus próprios pés, e hoje eu vejo que essa minha profecia se concretizou, o Procon marcha. Segundo ponto, no tempo que eu estive à frente do Procon do estado, podem ter certeza que vocês sabem aonde era empregado o dinheiro, na confecção de códigos, em eventos de divulgação. Eu quero tranquilizar meus pares, se analisarem o teor da lei, quem irá fiscalizar o dinheiro empregado, além da Câmara Municipal, que tem esse papel, é o conselho gestor do Fundo, então nós estamos dando uma garantia de R\$ 650 mil reais para que se confeccione para todos os estudantes da rede municipal de ensino do município de João Pessoa, no entanto esse valor deverá ser apresentado ao conselho para que ele aprove ou não e se discuta, e também traga à Câmara Municipal. O vereador Milanez Neto é o representante e eu sou o seu suplente perante o conselho, portanto nós iremos ficar atentos ao emprego e ao valor de cada carteira”. O Sr. vereador Carlão disse: “Todos os vereadores aqui concordam com a gratuidade da carteira estudantil, acho que isso seria o melhor agora. Me assusta quando o vereador Bruno diz que a carteira estudantil é que traz dignidade, não traz não, vereador Bruno. O que traz é boa educação, escolas abertas, isso traz dignidade. A realidade é que esses R\$ 650 mil reais do Procon, que são muito bem-vindos, poderia ser muito melhor empregado se as carteiras fossem gratuitas e esses R\$ 640 mil reais fossem para o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas. Sabe quanto o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas recebeu? Dez mil reais (R\$ 10.000,00) em um ano. A gente precisa aplicar bons recursos, se a gente pode dar gratuidade da carteira de estudante sem gastar R\$ 640 mil e pegar esses R\$ 640 mil e utilizar, por exemplo, no combate às drogas e na prevenção às drogas para os estudantes, isso seria de melhor uso. Deixo aqui o meu registro, mais uma vez, concordo em parte com o que está acontecendo, mas esse recurso deve ser muito melhor e mais bem empregado”. A Sr.^a vereadora Fabíola Rezende disse: “Vereador Carlão, estou estarecida com o que o senhor falou, a carteira de estudante não traz dignidade? Traz dignidade sim, se eu fosse o senhor repensava isso aí”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley- Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de Voto: A Sr.ª vereadora Eliza Virgínia disse: “Quando a gente faz uma simples pesquisa, vereador Marcos Henriques, a gente encontra envolvimento em escândalos de corrupção da UNE 2016, da UNE 2013, da UBE 2015/2016. É muito dinheiro que vai pra UNE, pra UBES, pra esses movimentos estudantis. São denúncias de muitos desvios de dinheiro que vão para congressos, festinhas, com o incentivo da doutrinação ideológica no ensino médio e nas universidades incentivados por alguns professores militantes de esquerda”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Primeiro, eu quero parabenizar o secretário Rogger pela iniciativa e me somar, vereador Carlão, tenho certeza que todo e qualquer recurso gasto e investido para a gente combater as drogas terá o meu apoio, a minha solidariedade e a minha fala, mas eu não posso, nessa matéria, misturar alhos com bugalhos, neste instante o que eu tenho que discutir é a importância disso para o cidadão que realmente precisa”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Se exala toda uma homofobia, transfobia, falando sobre ideologia. Ora, se já houve corrupção na UNE e na UBES que se investigue, como houve corrupção nas empresas de transporte coletivo também. Então que se apure. Agora você não olhar a história de defesa da democracia da UNE e da UBES por conta de uma ideologia política que não se concorda?”.

ITEM 08: PLO 1379/2023

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 645.000,00 (SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL REAIS), DESTINADOS AO CUSTEIO DO PROJETO DENOMINADO CARTEIRA SOLIDÁRIA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON/JP.

Pareceres: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, oral favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 17; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Apreciadas as seguintes matérias em bloco:

ITEM 09: RECURSO 11/2021

Autoria: Vereador Tanilson Soares

Assunto: COM FULCRO NO ART. 181 E SEUS §§, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, VENHO TEMPESTIVAMENTE À PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, INCONFORMADO COM DOUTA DECISÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CCJRLP DESTA CASA, PARA INTERPOR O PRESENTE RECURSO CONTRA PARECER DE FORMA CONTRÁRIA À CONSTITUCIONALIDADE, EMITIDO PELA SUPRACITADA COMISSÃO – CCJRLP, SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 444/2021, O QUAL DISPÕE SOBRE A “OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PREVENTIVAS E EDUCATIVAS, VERTICAIS E HORIZONTAIS NAS VIAS QUE CONTENHAM CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” PELOS FATOS E FUNDAMENTOS QUE SEGUEM.

ITEM 10: RECURSO 12/2021



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Autoria: Vereador Tanilson Soares

Assunto: COM FULCRO NO ART. 181 E SEUS §§, DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, VENHO TEMPESTIVAMENTE À PRESENÇA DE VOSSA EXCELÊNCIA, INCONFORMADO COM DOUTA DECISÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CCJRLP DESTA CASA, PARA INTERPOR O PRESENTE RECURSO CONTRA PARECER DE FORMA CONTRÁRIA À CONSTITUCIONALIDADE, EMITIDO PELA SUPRACITADA COMISSÃO – CCJRLP, SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 471/2021, QUE “ ESTABELECE ANUALMENTE TODO O EFETIVO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL, À AVALIAÇÃO MÉDICA NOS TERMOS QUE DEFINE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” PELOS FATOS E FUNDAMENTOS QUE SEGUEM.

ITEM 11: RECURSO 14/2021

Autoria: Vereador Guga

Assunto: RECURSO CONTRA PARECER DA CCJRLP AO PLO 508/2021.

ITEM 12: RECURSO 16/2021

Autoria: Vereador Coronel Sobreira

Assunto: RECURSO EM CONFORMIDADE AO ARTIGO 68 DO REGIMENTO INTERNO, CONTRÁRIO AO PARECER DA CCJRLP QUE VOTOU DESFAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI NUMERO 541/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR CORONEL SOBREIRA

Pareceres: desfavoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto indagou qual a indicação da CCJRLP para a votação dos Recursos. Em resposta, o Sr. Presidente, vereador Dinho, informou que houve a indicação pelo arquivamento dos Recursos. O Sr. vereador Marcos Henriques colocou que “são temas difusos, não tem como juntar tudo e votar em bloco temas tão diferenciados”. O Sr. Presidente, vereador Dinho, esclareceu que eram recursos de outros vereadores, de projetos que já haviam sido negados pela Comissão. Disse: “Estamos votando em bloco só os de 2021, porque fica na pauta trancando. A CCJRLP já deu parecer pelo arquivamento. A votação é pelo arquivamento”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia indagou se a votação seria contra ou a favor do arquivamento dos Recursos. O Sr. Presidente, vereador Dinho, esclareceu que a votação era pelo arquivamento. O Sr. vereador Coronel Sobreira pediu destaque ao seu Recurso, de nº 18/2021. O Sr. Presidente, vereador Dinho, acatou o pedido do Coronel Sobreira, retirando o seu Recurso da votação em bloco, em seguida, pediu celeridade na votação dos Recursos.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 00; contrários: 17; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou rejeitados os recursos, sendo acatados os pareceres da CCJRLP e os projetos arquivados.

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 13: RECURSO 18/2021

Autoria: Vereador Coronel Sobreira

Assunto: RECURSO APRESENTADO A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, CONTRÁRIO A REJEIÇÃO AO PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR AO PLO 228/2021, CUJA REUNIÃO DEU-SE NA CCJRLP, NO DIA 27/10/2021. DE AUTORIA DO VEREADOR CORONEL SOBREIRA. QUE TEM COMO EMENTA: “ESTABELEECER O VALOR



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

MÁXIMO PARA PAGAMENTO DE CACHE DE ARTISTAS CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA”, DE AUTORIA DO VEREADOR CEL. SOBREIRA.

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Exatamente, vejo que é de 2021, inclusive isso aí no momento pandêmico que a gente apresentou esse projeto. Mas, na verdade, o espírito da lei é o mesmo, tanto serve lá naquele período de pandemia como para hoje, inclusive, o relator do projeto foi favorável ao projeto, mas aí a comissão foi contrária. A gente quer apenas que estipulasse um valor limite para a gente não ver, como vê em outros lugares, shows ou artistas recebendo de forma exorbitante e tantas outras carências existentes na cidade. Então, a gente pediu apenas que fosse limitado um valor razoável, por isso que nós entramos com o recurso, para evitar que esse projeto fosse arquivado, esse é o espírito da lei, na verdade”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 01 (Coronel Sobreira); contrários: 17; abstenções: 00; ausentes: 08.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou rejeitado o recurso, acatado o parecer da CCJRLP e projeto arquivado.

ITEM 14: RECURSO 3/2022

Autoria: Vereador Marcos Henriques

Assunto: RECURSO CONTRA PARECER CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 961/2022. DISPÕE SOBRE A RETIRADA DA SEGUNDA CATRACA EXISTENTE NO INTERIOR DOS ÔNIBUS COLETIVOS DE PASSAGEIROS DE JOÃO PESSOA, COMO A FINALIDADE DE MELHORAR A ACESSIBILIDADE E CONFORTO DOS PASSAGEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, não vou entrar no mérito da questão porque o que vetou aqui foi a questão da CCJ. Trata-se de um projeto que versa sobre transporte coletivo, já tivemos vários projetos aqui discutindo transporte coletivo, então, a CCJ não pode: uns projetos acata, e outros, não acata, entendeu? Eu queria ter oportunidade de debater esse projeto, que é um projeto simples, um projeto de segurança com o plenário, sem essa de poder ser seletivo, não, não vou votar porque o projeto é de Marcos, ou não, esse aqui passa, que é transporte coletivo, esse não passa. Então, a gente precisa criar um critério aqui seja qual for o vereador, o assunto precisa vir à Câmara para ser votado, para ser discutido”. O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Só para auxiliar também na clareza das ideias, o vereador Marcos Henriques, inclusive suscitar esse debate não no âmbito de constitucionalidade e legalidade, quando vem a recurso, a gente está votando aqui é a matéria, quando o plenário vai decidir se sobrepondo à opinião constitucional e legal da CCJ. Então, Vossa Excelência tem total liberdade de pedir ao plenário para derrubar esse parecer, pelo mérito mesmo, não somente pela condicionalidade. Pela ordem, Presidente, só para dar uma clareza”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Querida apenas para pedir para tirar de pauta esse projeto, para a gente discutir no próximo”. O Sr. Presidente, vereador Valdir José Dowsley – Dinho, disse: “Tem um problema, esse projeto já foi retirado uma vez de pauta, se agora pela segunda vez retirado, ele não volta mais para plenário”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu não estou conseguindo abrir aqui o projeto”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu queria apenas, como questão de ordem, só para um assunto. Nós não temos como votar se nós não tomarmos conhecimento das razões da incondicionalidade da matéria, só isso que eu queria compreender, qual é a razão da inconstitucionalidade, dependendo da razão da inconstitucionalidade, eu queria poder debater”. O Sr. Presidente, vereador Valdir José Dowsley – Dinho, disse: “O projeto é retirado, a solicitação do



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

mesmo, lembrando que já foi retirado duas vezes de plenário, automaticamente vem já para a próxima, aí peço que Vossa Excelência, seu argumento, para ser discutido em plenário”.

Situação: Retirado de pauta.

ITEM 15: RECURSO 5/2022

Autoria: Vereadora Fabíola Rezende

Assunto: RECURSO ao Plenário desta Casa Legislativa contra o parecer desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº 1042/2022 que “DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E ABUSO SEXUAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Parecer: desfavorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 00; contrários: 17; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou rejeitado o recurso, acatado o parecer da CCJRLP e projeto arquivado.

ITEM 16: RECURSO 1/2023

Autoria: Vereador Carlão Pelo Bem

Situação: Retirado de pauta.

Retorno ao ITEM 12: RECURSO 16/2021

Autoria: Vereador Coronel Sobreira

Discussão: O Presidente, Sr. vereador Valdir José Dowsley – Dinho, disse: “Há uma solicitação aqui, para não cometer uma injustiça, o Coronel Sobreira tinha pedido, e eu peço ao setor de atas que, dos projetos 2021, que a gente tinha retirado através do pedido de destaque o 18/2021, o Coronel Sobreira tinha pedido para retirar. Foi votado e foi arquivado. Porém tinha um outro que é da mesma autoria, que é o 16/2021, que por um equívoco aqui não foi pedido destaque e ele foi votado e arquivado, mas a gente vai dar a oportunidade do Coronel de fala e, aí, conforme o Plenário decidir, a gente ou faz uma retificação na ata ou retorna para discussão”. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Obrigado, Presidente. A gente não quer ferir Regimento, mas eu acho que o senhor foi justo, e o que o vereador Milanez colocou é muito importante, porque muitas vezes a gente vota sem nem saber o motivo que foi pedido arquivamento. Então esse é um recurso de um projeto que nós colocamos que fala sobre a educação na escola, no que se refere aos cuidados com os animais, isso de forma transversal, de forma interdisciplinar, isso sem custo para o município. Apenas o que a gente queria era que a escola também fosse amiga dos animais e para isso precisaria ter algo educacional para essas crianças, mas aí entenderam que isso é inconstitucional, e eu não consigo enxergar inconstitucionalidade de um projeto desse porte. É isso, então, meu recurso foi nesse tom, foi para que não acatasse o arquivamento da comissão”.

Encerrada a Ordem do Dia, o Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, reiterou que foram retirados de pauta dois recursos, um de autoria do Sr. vereador Marcos Henriques e outro de autoria do Sr. vereador Carlão. Em seguida, disse: “Então, peço aos mesmos que foram retirados de pauta, pela segunda vez retirados, que os mesmos preparem o conteúdo para discutir em plenário e que tenham oportunidade para não haver nenhuma injustiça. Então, na próxima pauta, os arquivamentos vão voltar, então peço, quando houver Ordem do Dia, que os mesmos se preparem, porque são projetos que estão



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

aqui desde a data de 2021, 22, e a gente já está avançando, para não estar no mesmo projeto. Porque o mesmo pode até colocar um outro e encaminhar um novo projeto para que seja analisado pela própria comissão e em plenário”. O Sr. Presidente também informou que não haveria sessão ordinária na próxima quinta-feira, tendo em vista ser ponto facultativo decretado pela Prefeitura de João Pessoa e pelo Governo do Estado da Paraíba.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h07, o Sr. Presidente, vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Uma boa semana a todos os funcionários desta Casa, uma Semana Santa abençoada e que Deus proteja todos”. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 4 dias do mês de abril do ano de 2023.

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Presidente da Mesa

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira –
Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Primeiro-Secretário